



Morgadio da Quinta da Penha Verde

D. João de Castro (1545)

O morgadio da Quinta de Penha Verde foi instituído por testamento na Quinta da Fonte d'El-Rei, em Sintra, a 19 de março de 1545, por D. João de Castro (1500-1548) (instituição em SEPÚLVEDA, 1900: 11-16).

Fidalgo da Casa do Rei D. Manuel I, D. João de Castro era filho de D. Álvaro de Castro, governador da Casa do Cível e Vedor da Fazenda Real, e de D. Leonor de Noronha, filha de D. João de Almeida, 2.º Conde de Abrantes. Casou com sua prima, D. Leonor Coutinho. Humanista e homem de letras, aproveitou as suas viagens ao Oriente para escrever os *Roteiros de Navegação*, evidenciando os seus conhecimentos cosmográficos, talvez desenvolvidos com o matemático Pedro Nunes (SANCEAU, 1981: 15-16). Foi 13.º governador e 4.º vice-rei da Índia. À morte do pai, em 1528, D. João de Castro herdou não só a Quinta da Fonte d'El-Rei, como também a Tapada da Quinta da Penha Verde, atual Quinta da Fonte dos Cedros (JESUS, 2021: 66). Segundo o próprio vice-rei da Índia, a primeira quinta já se encontrava na posse da família há várias décadas. De facto, D. João afirmou, no seu testamento, que possuía, junto de Sintra, a Quinta da Fonte d'El-Rei, à qual tinha “grande afeição (...) por ser em terra onde meu pai e avós se criaram” (SEPÚLVEDA, 1900: 12).

Em 1542, ainda antes de fundar o morgadio, D. João de Castro teve a oportunidade de fazer erguer uma das três capelas da quinta – a capela de Nossa Senhora do Monte – instituída para se tornar o túmulo do futuro vice-rei, utilizando alguns materiais decorativos trazidos aquando das suas viagens ao Oriente, nomeadamente algumas pedras com inscrições em sânscrito (*website* e-cultura.pt; JESUS, 2021: 216).

Ao longo do século XVII e nas mãos dos diferentes morgados, a propriedade sofreu modificações que perduram até hoje. Exemplos disso são a entrada da quinta que revela a presença da família Castro pelo seu brasão facilmente reconhecido pelas seis

arruelas; o jardim que antecede a mansão; o interior revestido de inúmeras pinturas e os pequenos pavilhões revestidos a azulejos (*website* [SIPA](#)).

O morgadio da Quinta da Penha Verde foi deixado por D. João de Castro ao seu filho maior, D. Álvaro de Castro, com a condição de que os seus sucessores não o pudessem vender nem trocar, e que a sucessão fosse feita por linha direita masculina. Apenas na falta destes a sucessão do morgadio poderia passar aos descendentes por linha direita feminina. D. João impôs também a condição de todos os sucessores se chamaram de Castro e trazerem as suas armas, como forma de identificação linhagística, mas também de manifestação da sua posição social e poder (SEPÚLVEDA, 1900: 12-13).

O instituidor previa ainda que o morgadio viesse a ser acrescentado após a sua morte, pedindo e rogando a sua mulher, D. Leonor, que igualmente fundasse morgadio de sua terça para se juntar ao seu, por “bem e honra de nossos filhos”. Do mesmo modo, todos aqueles que viessem a herdar o vínculo estariam obrigados a anexar metade da sua terça, antes de seu falecimento. Tudo isto contribuiria para o engrandecimento da instituição, mas também para o cumprimento dos encargos pios que D. João de Castro fez questão de determinar no mesmo documento, embora sem carácter obrigatório, como era frequente (SEPÚLVEDA, 1900: 13-14).

Um episódio de grande relevo na história deste vínculo foi protagonizado pelo neto de D. João de Castro, D. Francisco de Castro, bispo da Guarda e inquisidor-geral. Desde logo, realizou inúmeras obras na propriedade, onde se incluem as capelas de S. Pedro, S. João e S. Brás. Em 1652, um ano antes do seu falecimento, D. Francisco de Castro redigiu o seu testamento, nomeando como sucessora do morgadio da Penha Verde a sua sobrinha, Dona Mariana de Castro. Expressando preocupação com a preservação do património do morgadio, D. Francisco, ciente da “pouca renda” de seus herdeiros e de modo a assegurar que as obrigações por ele estabelecidas não cessassem com o tempo, vinculou à Quinta da Penha Verde um padrão de juro de duzentos mil réis, assente nas rendas da Câmara da cidade de Lisboa. Esses fundos foram designados para a manutenção tanto da propriedade como do Mosteiro de Santa Cruz dos Capuchinhos (o atual Convento dos Capuchos, em plena Serra de Sintra), conferindo à sua sobrinha e aos futuros sucessores a responsabilidade de preservar a Quinta da Penha Verde, manter o mosteiro e “cuidar” dos religiosos residentes (VALE, 1996: 227).

Vinculado ao morgadio ficava também um pedaço do legado da família Castro: uma madeixa das barbas de D. João de Castro, guardada num estojo cilíndrico de cristal incrustado numa peça de prata dourada, protegida dentro de um “caixão” de madeira e passada para D. Mariana de Castro através do testamento de D. Francisco de Castro (VALE, 1996: 228). Celebrava-se assim, prolongando o marco para a posteridade, um episódio central na história da família e de Portugal. Na década de 1540, época em que D. João de Castro teve responsabilidades de governação e defesa de Goa e territórios adjacentes, na Índia, a Fortaleza de Diu sofre um ataque por parte do sultanato de Guzerate, acabando por desmoronar. D. João encontra-se, assim, perante a responsabilidade de mandar reconstruir a fortaleza. No entanto, debate-se com a inexistência de fundos para tal. Vê-se, então, obrigado a redigir uma carta aos senhores influentes de Goa solicitando fundos para a reconstrução da fortaleza e enviando o seu maior penhor, símbolo de toda a honra e veracidade da sua palavra, as suas próprias barbas. Como resposta, consegue os fundos necessários para se iniciar o projeto de reconstrução e as suas barbas de volta, pois o penhor não seria necessário. D. Francisco de Castro, seu neto, foi o responsável por ordenar a construção do “caixão” ornamentado, destinado a preservar as barbas, tendo-se o artefacto tornado parte integrante do morgadio da Quinta da Penha Verde, transmitido de geração em geração. Na atualidade, em pleno século XXI, perdura a memória do fundador, pois os representantes da família de D. João de Castro continuam a conservar a caixa onde esteve guardado o relicário com as barbas, entretanto perdido (JESUS, 2021: 314-315).

Embora seja atualmente propriedade de cidadãos estrangeiros, a Quinta da Penha Verde continua a existir em Sintra, representando um emblemático fragmento da história portuguesa.

O presente Vínculo do Mês foi elaborado no contexto do concurso Cria Vínculos com a História.

Escola: Agrupamento de Escolas Leal da Câmara (Sintra).

Turma: 11.º H3.

Docente: Lucília do Carmo Marques Relvas Oliveira.

Alunos: Ana Rita Barreto, Azicione Vaz, Beatriz Gonçalves, Beatriz Mourão, Clara Simões, Daniela Vaz, Daniela Soares, Diana Tavares, Elmaz Aliyeva, Érica Garcia, Gerson Garcia, Inês Sousa, Jael Francisco, João Rodrigues, Leonor Pereira, Lina Pereira, Luana Santana, Maria Helena Mendes, Martim Gil, Mónica Espírito Santo, Natalícia Correia.

Coordenação: Maria de Lurdes Rosa, Ana Rita Rocha, Leonor Dias Garcia.

Agradecimentos: Dra. Maria José Vilas-Boas e Dr. Carlos Cunha (representantes da família Castro).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

JESUS, Roger Lee Pessoa de – *A Governação do “Estado da Índia” por D. João de Castro (1545-1548) na Estratégia Imperial de D. João III*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2021. Tese de doutoramento em História Moderna.

SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães – *Testamento de Dom João de Castro: Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Tip. da Academia Real das Ciências, 1901.

SANCEAU, Elaine – D. João de Castro. In SERRÃO, Veríssimo – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. II. Porto: Figueirinhas, 1981, pp. 15-16.

VALE, Teresa Leonor M. – *O Convento de São Domingos de Benfica. D. João de Castro e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército*. Lisboa: Edição IMPE, 1996, pp. 221-237.

Website e-Cultura – *Quinta da Penha Verde* [em linha] [27/12/2023]. Disponível em https://www.e-cultura.pt/patrimonio_item/2625.

Website SIPA – *Casa da Quinta da Penha Verde* [em linha] [28/12/2023]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6130